

## Intergeracionalidade na educação: desafios, políticas públicas e estratégias em debate

Neila Barbosa Osório\*, Glauce Gonçalves da Silva Gomes\*\* e Luiz Sinésio Silva Neto\*\*\*

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios, políticas públicas e estratégias relacionados à intergeracionalidade na educação, com ênfase na inclusão e participação de pessoas idosas no contexto educacional brasileiro. Para tanto, investiga-se a construção histórico-social das gerações e o papel da educação na promoção de um envelhecimento saudável e ativo. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental em bases de dados acadêmicas. Os resultados identificam desafios persistentes na valorização dos idosos nos espaços educacionais, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), e apontam a existência de uma lacuna entre os avanços legais, como a Lei nº 14.423 de 2022, e sua efetiva implementação. Como estratégias para superar esses desafios, destacam-se a integração interdisciplinar de currículos, projetos colaborativos entre instituições e formação continuada de professores, bem como o fortalecimento da autonomia universitária e da gestão democrática como elementos fundamentais para consolidar práticas intergeracionais que promovam o diálogo entre diferentes gerações nos espaços educativos.

**Palavras-chave:** comunidade escolar; envelhecimento; formação docente.

## Intergenerationality in education: challenges, public policies and strategies under debate

### Abstract

This article aims to analyze the challenges, public policies and strategies related to intergenerationality in education, with emphasis on the inclusion and participation of older people in the Brazilian educational context. To this end, the historical-social construction of generations and the role of education in promoting healthy and active aging are investigated. The methodology used was qualitative, with bibliographic review and document analysis in academic databases. The results identify persistent challenges in valuing the elderly in educational spaces, especially in Youth and Adult Education, and point to a gap between legal advances, such as Law No. 14,423 of 2022, and its effective implementation. As strategies to overcome these challenges, the interdisciplinary integration of curricula, collaborative projects between institutions and continuous teacher training stand out, as well as strengthening university autonomy and democratic management as fundamental elements to consolidate intergenerational practices that promote dialogue between different generations in educational spaces.

**Keywords:** school community; aging; teacher training.

## Intergeneracionalidad en la educación: desafíos, políticas públicas y estrategias en debate

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar los desafíos, políticas públicas y estrategias relacionadas con la intergeneracionalidad en la educación, con énfasis en la inclusión y participación de las personas mayores en el

\*Doutora em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins (PPGE/UFT). Coordenadora Geral da Universidade da Maturidade (UMA/UFT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6346-0288>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8325746711520223>. E-mail: [neilaosorio@uft.edu.br](mailto:neilaosorio@uft.edu.br).

\*\*Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora na Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC-TO). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5492-7253>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2780493312692972>. E-mail: [glaucgomes@seduc.to.gov.br](mailto:glaucgomes@seduc.to.gov.br).

\*\*\*Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB). Professor no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciência e Saúde da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenador na Universidade da Maturidade (UMA/UFT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3182-7727>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0239885769879636>. E-mail: [luizneto@uft.edu.br](mailto:luizneto@uft.edu.br).

contexto educativo brasileiro. Para ello, se investiga la construcción histórico-social de las generaciones y el papel de la educación en la promoción de un envejecimiento saludable y activo. La metodología utilizada fue de naturaleza cualitativa, con revisión bibliográfica y análisis documental en bases de datos académicas. Los resultados identifican desafíos persistentes en la valorización de los mayores en los espacios educativos, especialmente en la Educación de Jóvenes y Adultos, y señalan la existencia de una brecha entre los avances legales, como la Ley nº 14.423 de 2022, y su efectiva implementación. Como estrategias para superar estos desafíos, se destacan la integración interdisciplinaria de currículos, proyectos colaborativos entre instituciones y formación continua del profesorado, así como el fortalecimiento de la autonomía universitaria y de la gestión democrática como elementos fundamentales para consolidar prácticas intergeneracionales que promuevan el diálogo entre diferentes generaciones en los espacios educativos.

**Palabras clave:** comunidad escolar; envejecimiento; formación docente.

## INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional constitui um dos fenômenos demográficos mais significativos do século XXI, trazendo consigo desafios e oportunidades para as sociedades contemporâneas. Conforme Camarano (2016), a velhice não é apenas um processo biológico, mas também biográfico, o que exige políticas que reconheçam as trajetórias diversas dos indivíduos que envelhecem. No Brasil, o crescimento acelerado da população idosa demanda reflexões aprofundadas sobre os espaços que essa parcela da sociedade ocupa, especialmente no âmbito educacional.

No entendimento de que as gerações são construídas ou remodeladas em um contexto histórico e social, surge o fenômeno das relações intergeracionais, que visa dialogar sobre como ocorre a reconstrução, a aproximação e os comportamentos compartilhados entre distintas gerações (Poltronieri *et al.*, 2015). É importante salientar que esse conceito é relativamente novo, um tanto polêmico e ainda pouco explorado na literatura científica, o que justifica a necessidade de novos estudos.

Beauvoir (1970), em sua obra seminal sobre a velhice, já denunciava a marginalização social dos idosos nas sociedades modernas, propondo uma mudança radical na forma como a sociedade encara o envelhecimento. A filósofa francesa caracterizou a sociedade moderna como competitiva, produtiva e valorizadora da funcionalidade dos corpos, sendo, portanto, responsável pelo afastamento dos mais velhos dos espaços sociais. Essa reflexão permanece atual e pertinente para compreender os desafios da inclusão de idosos nos contextos educacionais.

Refletir sobre o envelhecimento é fundamental no século XXI. Schneider e Irigaray (2008, p. 586) destacam discussões no âmbito das "[...] associações negativas relacionadas à

velhice, que atravessaram os séculos e, ainda hoje, mesmo com tantos recursos para prevenir doenças e retardá-la, é temida por muitas pessoas e vista como uma etapa detestável". A sociedade parece cultivar uma cultura que menospreza o envelhecimento, levando muitos jovens e adultos a não considerarem o assunto, o que dificulta e restringe o processo de envelhecimento saudável.

A educação, considerada um processo transformador e um direito de todos os indivíduos, apresenta-se como uma estratégia viável para fomentar o envelhecimento saudável. Isso se fundamenta em diversas pesquisas, como o estudo de Antunes e Macedo (2021), que revelam o potencial de projetos educativos voltados para a intervenção pedagógica em adultos idosos, visando estimular a qualidade de vida, o bem-estar e a participação ativa na aprendizagem.

Nesse contexto, emerge a seguinte questão norteadora: quais são os desafios, políticas públicas e estratégias relacionadas à intergeracionalidade na educação, com foco especial na inclusão e participação de idosos? Para responder a essa indagação, o presente estudo busca compreender como a educação pode contribuir para a superação de barreiras intergeracionais, analisando os marcos legais existentes e identificando estratégias eficazes para promover o diálogo entre diferentes gerações nos espaços educativos. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar os desafios, políticas públicas e estratégias relacionados à intergeracionalidade na educação, com ênfase na inclusão e participação de idosos, utilizando métodos qualitativos para identificar estratégias eficazes no contexto educacional brasileiro.

## **ENVELHECIMENTO E VELHICE: PERSPECTIVAS TEÓRICAS**

O envelhecimento populacional brasileiro apresenta características singulares que merecem atenção. Segundo Camarano, Kanso e Fernandes (2014), o crescimento da população idosa é consequência de dois processos: a alta fecundidade no passado, observada nos anos 1950 e 1960, comparada à fecundidade atual, e a redução da mortalidade da população idosa. Esse fenômeno demográfico tem implicações profundas para as políticas públicas, especialmente na área da educação.

A concepção de velhice tem sido objeto de reflexão de diversos pensadores ao longo da história. Beauvoir (1970) desenvolveu uma análise profunda sobre como as sociedades

tratam seus idosos, evidenciando a velhice como um "escândalo" e um "crime de humanidade" nas sociedades capitalistas. A autora argumenta que:

Paremos de trapacear; o sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera; não sabemos quem somos se ignorarmos quem seremos: aquele velho, aquela velha; reconheçamo-nos neles (Beauvoir, 1970, p. 12).

Essa perspectiva beauvoiriana convida à reflexão sobre a interdependência humana e a responsabilidade coletiva com a alteridade, percebendo nos velhos a totalidade da condição humana. Tal compreensão é fundamental para pensar práticas educacionais que valorizem e incluam a população idosa.

Coutrim (2006), em seus estudos sobre relações intergeracionais, destaca que a coabitação entre gerações, embora muitas vezes motivada por questões econômicas, permite estabelecer trocas intergeracionais significativas. Se, de um lado, existe o conflito devido à intensa convivência entre várias gerações, de outro, existe a solidariedade e o amparo mútuo dos familiares. Essa dinâmica familiar pode ser transposta para os espaços educacionais, onde o encontro entre gerações pode gerar aprendizados mútuos.

No Brasil, a heterogeneidade do segmento populacional idoso extrapola a composição etária, dadas as diferentes trajetórias de vida experimentadas pelos idosos (Camarano *et al.*, 2004). Um mesmo grupo etário abrange um intervalo de aproximadamente trinta anos, com pessoas na faixa de 60 anos que podem estar em pleno vigor físico e mental, bem como pessoas na faixa de 90 anos em situações de maior vulnerabilidade. Essa diversidade exige políticas educacionais flexíveis e sensíveis às diferentes necessidades.

## **INTERGERACIONALIDADE NA EDUCAÇÃO: CONCEITOS E FUNDAMENTOS**

A intergeracionalidade pode ser compreendida como o processo de interação e troca entre pessoas de diferentes gerações, promovendo o respeito mútuo, a solidariedade e a construção coletiva de conhecimentos. Conforme Leite e França (2016), a solidariedade intergeracional pode ser um fio condutor para a reversão de determinados valores, contribuindo para a ruptura de preconceitos, como o etarismo, e promovendo um efeito positivo para a saúde e o bem-estar dos mais velhos.

Paulo de Salles Oliveira (2011), em sua obra "Vidas compartilhadas: cultura e relações intergeracionais na vida cotidiana", desenvolve uma análise profunda sobre o universo

cultural nas relações entre avós e netos. O autor demonstra que a convivência intergeracional constitui espaço privilegiado de transmissão cultural, onde saberes, valores e práticas são compartilhados entre as gerações. Essa perspectiva ressalta a dimensão educativa presente nas relações familiares intergeracionais, que transcende os limites da educação formal.

A educação intergeracional, segundo Villas-Boas *et al.* (2016), constitui uma abordagem pedagógica que busca promover o desenvolvimento integral das pessoas, independentemente de sua idade, através do encontro e da relação entre gerações. Os programas intergeracionais facilitam a cooperação, a interação e o diálogo entre pessoas de diversas gerações, através da partilha de recursos e talentos, bem como de relações que beneficiam tanto os mais jovens quanto os mais velhos.

### **O papel dos avós na educação dos netos**

As pesquisas desenvolvidas por Rosa Coutrim e colaboradores têm demonstrado a importância crescente dos avós no processo educativo dos netos. Segundo Coutrim (2006), em contextos de escassez material, a coabitação entre gerações permite estabelecer trocas intergeracionais significativas. Se, de um lado, existe o conflito devido à intensa convivência, de outro, existe a solidariedade e o amparo mútuo dos familiares. Os idosos trabalhadores, muitas vezes, ocupam papel econômico central na vida das famílias em que os mais jovens estão desempregados ou subempregados.

Rosa, Carvalho e Coutrim (2022), em estudo realizado em Viçosa (MG), investigaram o papel dos avós cuidadores no processo de escolarização das crianças. Os resultados demonstraram que a relação entre avós e netos é permeada de afeto, cuidado e cumplicidade, porém também há preocupações, cansaço, tensões e desapontamentos, principalmente em relação às dificuldades escolares. As avós entrevistadas mantêm relação estreita com as escolas dos netos e contam com a solidariedade de amigos e familiares para as práticas educativas.

Carvalho, Coutrim e Moreira (2025) aprofundam essa discussão ao analisar o protagonismo das avós cuidadoras na escolarização dos netos. Os autores identificaram que, embora no Brasil haja pouco reconhecimento dos avós como membros que agregam valor à família e que são protagonistas na escolarização dos netos, diversos estudos têm demonstrado que sua colaboração pode se prolongar até tardiamente na vida dos netos, contribuindo

fortemente para a longevidade escolar. A criação de redes de apoio, o incentivo à leitura e a escolha dos estabelecimentos escolares frequentados pelos netos são estratégias educativas mobilizadas pelas avós.

Coutrim e Silva (2019) destacam ainda que os avós desempenham papel significativo na educação formal e informal dos netos, transmitindo valores, tradições e conhecimentos que complementam a educação escolar. Nas situações de ausência dos pais, os avós assumem a criação dos netos e, conseqüentemente, todas as demandas relativas ao cuidado e sustento, incluindo o acompanhamento escolar, o ensino de valores morais e éticos, a organização da rotina e o suporte afetivo-emocional. Mesmo nos casos de baixa escolaridade, muitos avós constroem estratégias educativas que contribuem para o sucesso escolar dos netos.

Cristina Brito Dias, pesquisadora com ampla produção sobre avosidade e relações intergeracionais, tem contribuído significativamente para a compreensão desse fenômeno. Dias e Silva (2003) investigaram a percepção de jovens universitários sobre seus avós, revelando que estes são vistos como figuras de afeto, sabedoria e transmissão de valores. A autora desenvolveu o conceito de avosidade, entendido como o laço de parentesco que está intimamente ligado às funções materna e paterna, das quais se diferencia, exercendo papel determinante na formação do sujeito (Dias, 2022).

Elaine Rabinovich e colaboradores têm ampliado essa discussão ao investigar as relações intergeracionais em diferentes contextos familiares. Rabinovich, Moreira e Franco (2012) analisaram os papéis, comportamentos e atividades entre membros da família baiana, destacando a importância dos avós na transmissão cultural e no suporte emocional aos netos. Em estudo mais recente, Rabinovich e Azambuja (2023) investigaram a nova imagem de avós na literatura infantil brasileira contemporânea, evidenciando transformações nas representações sociais da velhice e nas relações intergeracionais.

Silva, Dias e Costa (2020) investigaram possibilidades de intervenções que facilitem a convivência entre idosos e adultos jovens da mesma família, concluindo que é necessário priorizar tempo dedicado às pessoas idosas e realizar processos de conscientização desde a infância sobre o envelhecimento. Essas pesquisas reforçam a importância de políticas

educacionais que promovam o diálogo intergeracional desde os primeiros anos de escolarização.

A perspectiva intergeracional na educação alinha-se ao conceito de aprendizagem ao longo da vida, reconhecendo que o processo educativo não se restringe a uma fase específica da existência, mas se estende por todo o ciclo vital. Conforme destaca a Organização Mundial da Saúde (2002), o envelhecimento ativo pressupõe a participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e cívicas, sendo a educação um dos pilares fundamentais para sua promoção.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS INTERGERACIONAIS NA EDUCAÇÃO: MARCOS E FUNDAMENTOS**

A construção de políticas públicas voltadas à intergeracionalidade na educação insere-se no contexto mais amplo das políticas de envelhecimento ativo e de garantia de direitos da pessoa idosa. Ana Amélia Camarano, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tem sido referência fundamental nesse debate. Camarano (2016) destaca que as políticas para a população idosa no Brasil passaram por transformações significativas desde a promulgação da Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994) e do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), atualizado pela Lei 14.423/2022.

As políticas públicas intergeracionais fundamentam-se no reconhecimento de que o envelhecimento populacional demanda novas formas de organização social que promovam a solidariedade entre gerações. Segundo Camarano, Kanso e Fernandes (2016), a Política Nacional do Idoso trouxe questões importantes, mas sua implementação ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que tange à articulação entre as diferentes esferas governamentais e à alocação de recursos suficientes.

No campo educacional, as políticas intergeracionais manifestam-se em diferentes iniciativas. Alves e Vianna (2010) analisaram as políticas públicas para a educação gerontológica, destacando tanto os desafios quanto as possibilidades de inserção social do idoso por meio da educação. Os autores identificaram a necessidade de articulação entre os setores de educação, saúde e assistência social para a efetivação de programas educacionais que atendam às especificidades da população idosa.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, trouxe os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), que incluem a educação para o envelhecimento e o

respeito às diferentes faixas etárias. Embora não haja uma menção explícita à educação intergeracional, os princípios de cidadania, diversidade e inclusão presentes na BNCC oferecem fundamentos para práticas pedagógicas que valorizem o encontro entre gerações (Brasil, 2018).

Kummer (2022), em sua dissertação sobre a construção do "novo" sujeito da velhice, analisa como o Estatuto do Idoso e a educação intergeracional funcionam como tecnologias sociais para a ressignificação do envelhecimento. A autora argumenta que as políticas públicas, ao instituírem direitos e promoverem a participação social dos idosos, contribuem para a desconstrução de estereótipos negativos associados à velhice.

No âmbito internacional, a Organização das Nações Unidas, por meio da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030), estabeleceu diretrizes que incluem o combate ao etarismo e a promoção de ambientes favoráveis ao envelhecimento, incluindo os espaços educacionais. Essas orientações internacionais têm influenciado a formulação de políticas nacionais e locais, ainda que sua implementação permaneça desigual entre as diferentes regiões do país.

Essas reflexões teóricas sobre as políticas públicas intergeracionais são fundamentais para responder à questão que norteia este estudo: quais são os desafios, políticas públicas e estratégias relacionadas à intergeracionalidade na educação? A análise dos marcos legais e conceituais permite compreender o cenário em que se inserem as práticas educacionais voltadas à inclusão de pessoas idosas, bem como identificar as lacunas entre a legislação vigente e sua efetiva implementação.

## **METODOLOGIA**

A metodologia empregada nesta pesquisa teve como objetivo investigar os desafios, políticas públicas e estratégias relacionados à intergeracionalidade na educação, com foco especial na inclusão e participação de idosos. Para atingir esse objetivo, foram utilizados métodos qualitativos, sendo a revisão bibliográfica e a análise documental as técnicas de coleta e análise de dados adotadas (Del-Masso, 2012).

De acordo com a Universidade Estadual Paulista (UNESP), as revisões bibliográficas consistem no:

[...] processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica. "Literatura" cobre todo o



material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos (UNESP, 2015, p. 2).

A revisão bibliográfica foi conduzida com base em fontes acadêmicas, com o intuito de agrupar artigos científicos relacionados à intergeracionalidade na educação, aos desafios enfrentados pelos idosos nesse contexto, às políticas públicas voltadas para a longevidade e às estratégias para promover a participação intergeracional<sup>1</sup>. A busca por literatura ocorreu principalmente nas bases de dados Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando termos específicos como "intergeracionalidade na educação", "políticas públicas para idosos" e "estratégias de inclusão intergeracional".

A análise documental concentrou-se em examinar livros, documentos oficiais, políticas educacionais, legislação relacionada à educação de idosos e relatórios ou documentos de programas específicos. Foram selecionados estudos relevantes que abordavam políticas públicas, projetos educacionais intergeracionais e iniciativas voltadas para a inclusão de idosos na educação formal e não formal. Os estudos avaliados foram analisados qualitativamente, por meio de uma abordagem exploratória (Gil, 2002).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do referencial teórico construído e da metodologia adotada, esta seção apresenta os resultados obtidos em resposta à questão problematizadora: quais são os desafios, políticas públicas e estratégias relacionadas à intergeracionalidade na educação, com foco especial na inclusão e participação de idosos? Os resultados são organizados em três eixos analíticos: 1) Desafios da intergeracionalidade na educação, abordando obstáculos na comunicação entre diferentes faixas etárias e na valorização dos idosos nos espaços educacionais; 2) Análise das políticas públicas para intergeracionalidade na educação, avaliando a eficácia das medidas governamentais e os avanços legais; 3) Estratégias propostas para melhorar a intergeracionalidade na educação, fornecendo uma visão proativa para um ambiente educacional mais inclusivo.

---

<sup>1</sup>A busca foi realizada nas bases de dados Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br>) e Scientific Electronic Library Online – SciELO (<https://www.scielo.br>), no período de janeiro a dezembro de 2023, com recorte temporal dos últimos 15 anos (2008-2023). Foram encontrados inicialmente 87 trabalhos, dos quais 32 foram selecionados após aplicação dos critérios de inclusão: artigos em português, disponíveis na íntegra, que abordassem diretamente a intergeracionalidade no contexto educacional brasileiro.

## **Desafios da intergeracionalidade na educação**

O atual contexto neoliberal, permeado por desigualdades sociais e opressões diversas, relega a velhice a uma realidade de desvalorização crescente e invisibilidade. Esse cenário contribui para o afastamento dos idosos de vários espaços sociais, resultando em negações de direitos e violações, especialmente no âmbito educacional (Nogueira; Costa, 2023). Dardot e Laval (2016, p. 10) alertam que:

O sofrimento causado por essa subjetivação neoliberal, a mutilação que ela opera na vida comum, no trabalho e fora dele, são tais que não podemos excluir a possibilidade de uma revolta antineoliberal de grande amplitude em muitos países. No entanto, não devemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo, que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição.

Apesar dos progressos apontados em documentos legais e eventos, os desafios relacionados à inclusão de idosos nos espaços educacionais persistem. A busca por uma educação inclusiva e de qualidade deve continuar ocupando os espaços públicos, visando consolidar propostas relacionadas ao acesso, permanência e conclusão do processo de escolarização dos idosos, bem como garantir o direito contínuo de aprendizado ao longo da vida. Nesse contexto, destaca-se o desafio crucial da inclusão dos idosos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), exigindo um comprometimento contínuo na elaboração de propostas pedagógicas e na garantia de políticas educacionais que facilitem a inserção social desse público (Serra; Furtado, 2016).

A EJA, desde seu início, é concebida para atender diferentes gerações como parte integrante de sua estrutura, constituindo-se como espaço privilegiado para o encontro intergeracional. Essa modalidade educacional acolhe jovens que, por diversos motivos, não puderam frequentar o ensino regular, bem como adultos e idosos que buscam completar sua escolarização ou dar continuidade aos estudos. É imprescindível reconhecer a pluridiversidade desse público, considerando as singularidades de cada indivíduo e suas trajetórias específicas.

No âmbito das disciplinas que podem mediar esse encontro intergeracional, destaca-se a Educação Física que, ao trabalhar com as diferentes gerações presentes na EJA, proporciona uma oportunidade única de observar e abordar a aprendizagem e a relação intergeracional em uma dimensão ampla, enfatizando o diálogo e a interação em diversos momentos e formas de aprendizagem (Camilo, 2014). As práticas corporais podem funcionar

como mediadoras do encontro intergeracional, promovendo o respeito às diferenças e a valorização das capacidades de cada faixa etária.

É imprescindível a implementação de projetos educativos que possam enfrentar os desafios diários nas relações sociais com os idosos. Reconhecendo a velhice como uma fase significativa da vida, destaca-se a importância de abordar a perspectiva intergeracional nas turmas de alfabetização. Com base na Pedagogia Dialógica e Proativa, propõem-se recomendações para a educação continuada e intergeracional na alfabetização de idosos (Serra, 2009).

Nesse sentido, a Universidade da Maturidade (UMA)<sup>2</sup> também enfrenta desafios com relação ao estabelecimento do currículo para os idosos, o que torna o trabalho ainda mais desafiador. Para Osório (2023), constata-se, nos espaços da UMA/UFT, a promoção, em seus mais de 15 anos de experiência prática, de um conjunto de ações, cursos, campanhas, atividades e outros conteúdos transversais que divulgam um conhecimento essencial sobre projetos identitários e trajetórias de vida.

### **Políticas públicas voltadas para a intergeracionalidade na educação**

Diante do notável aumento da expectativa de vida, Barros *et al.* (2021) oferecem perspectivas sobre o acesso à educação pela população idosa. Os autores defendem a expansão de políticas e programas educacionais em todo o território nacional, visando atender de maneira adequada às diversas conjunturas e assegurar a efetivação da educação para essa parcela populacional.

Conforme a Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022, "a pessoa idosa tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade" (Brasil, 2022, Art. 20). Essa legislação sustenta que, além de proporcionar educação, é crucial integrar a população idosa no contexto social em diversas esferas. No entanto, a preocupação surge ao observar que os cenários reais nem sempre refletem a premissa teórica.

---

<sup>2</sup>A Universidade da Maturidade (UMA) é um programa de extensão universitária da Universidade Federal do Tocantins (UFT), fundado em 2006, que oferece educação continuada para pessoas com 45 anos ou mais. O programa promove a inclusão social, a valorização dos saberes tradicionais e o diálogo intergeracional, funcionando como espaço de convivência e aprendizado que contribui para o envelhecimento ativo e saudável.

De acordo com Floriano Filho (2022), no Brasil, mais de 200 programas e projetos de extensão são dedicados aos idosos. O pesquisador destaca que, além de ser um direito, a educação para essa faixa etária resulta em redução de gastos públicos, proporcionando melhores condições de vida e saúde, o que, por sua vez, minimiza despesas governamentais com tratamentos e medicamentos.

Uma constatação significativa, destacada por Alves e Vianna (2010), aponta para a ausência de programas e projetos concretos no âmbito de uma política de Estado direcionados aos idosos e à intergeracionalidade. Mesmo considerando os avanços apresentados por Floriano Filho em 2022, muitos desses programas ainda não alcançaram destaque ou não abrangem de maneira ampla todos os grupos sociais de idosos em âmbito nacional.

É importante destacar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aborda a temática do envelhecimento por meio dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), que incluem reflexões sobre o respeito e a valorização da pessoa idosa na construção de uma sociedade mais inclusiva. Dessa forma, a educação sobre o envelhecimento está prevista na Educação Básica, podendo e devendo ser trabalhada pelos professores nas diferentes disciplinas de forma transversal e interdisciplinar.

No atual cenário, a consolidação e o fortalecimento de políticas públicas direcionadas à longevidade emergem como uma necessidade premente. A Universidade Aberta à Maturidade (UAMA) destaca-se como uma alternativa de política pública educacional voltada para o envelhecimento, proporcionando conhecimento em diversas áreas, socialização e troca de saberes intergeracionais a indivíduos com 60 anos ou mais (Azevedo; Nascimento, 2016).

Apesar de a educação ser considerada um direito fundamental, a legislação educacional no Brasil aborda a educação infantil, ensino fundamental, médio, superior, profissionalizante e a educação de jovens e adultos, deixando os idosos em uma posição que ainda carece de maior especificidade. Scortegagna e Oliveira (2010) ressaltam que, embora existam políticas públicas destinadas aos idosos, ainda não há uma política específica que aborde de forma sistemática a educação para a terceira idade.

Kummer (2022) destaca a responsabilidade do professor no planejamento de aulas que abordem o respeito e a valorização do idoso. A transversalidade dessa abordagem, envolvendo programas, instituições, políticas públicas e iniciativas da família, sociedade e

poder público, é essencial para mudar paradigmas e conceitos estereotipados sobre o envelhecimento.

### **Estratégias propostas e direitos para melhorar a intergeracionalidade na educação**

A discussão sobre a interrelação entre educação e legislação educacional inicia-se com Carvalho, Damasceno e Moura (2020). Ao abordarem a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, destacam as propostas inovadoras para a formação de professores. No entanto, ressaltam a persistência de influências da legislação anterior durante o período de transição.

Duarte (2007) aprofunda a análise do direito à educação, situando-o como fundamental e de caráter social. Destaca a aplicabilidade imediata desse direito, priorizando categorias vulneráveis e vinculando todos os poderes públicos. A Anistia Internacional (2009) contribui para o tópico ao introduzir a abordagem da educação através dos direitos humanos, propondo que a integração desses direitos nas políticas e práticas cotidianas ultrapassa o ensino formal, promovendo uma educação mais eficaz e abrangente.

A reflexão sobre a relação entre fins e meios na educação é apresentada por Mccowan (2015). Ao introduzir o conceito de proximidade, destaca a importância da validade moral dos métodos adotados, desafiando abordagens meramente causais. Carvalho e Estêvão (2013) trazem a dimensão histórica e social, enfatizando o papel dos educadores como participantes ativos em seu contexto, destacando a prática pedagógica crítica como catalisadora da reflexão e escolha.

Dentre as possibilidades que favorecem o desenvolvimento da intergeracionalidade na educação, cita-se a integração de um currículo escolar interdisciplinar, plural e multicultural. Essa perspectiva curricular favorece o ensino baseado em vivências das diferentes gerações, culturas, tradições, costumes e temas que dialogam com questões contemporâneas. Por isso, a interdisciplinaridade torna-se válida para articular os fundamentos de diversas áreas do conhecimento na promoção de projetos e inovações que vão além da sala de aula (Barbosa *et al.*, 2023).

Tavares *et al.* (2023, p. 78) apontam uma inovação por meio da Universidade da Maturidade (UMA), fomentada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). A UMA oferta o Ensino Superior para pessoas idosas, sendo um marco de educação intergeracional. Os

acadêmicos idosos, no ambiente universitário, vão conhecendo o Estatuto da Pessoa Idosa, desenvolvendo consciência crítica sobre seus direitos e formas de exercício da cidadania.

Os projetos colaborativos e comunitários entre universidades, escolas e demais instituições também podem propiciar o diálogo entre a comunidade regional para o contexto intergeracional. Os programas de formação de professores, inclusive na formação inicial, devem fomentar propostas que incluam a comunidade jovem e idosa na participação de atividades e projetos escolares, a fim de que os conhecimentos e as vivências sejam compartilhados (Cunha; Soares; Dinardi, 2023).

É imprescindível ressaltar o que diz Azevedo (2004, p. 8) acerca das reformas e políticas públicas educacionais no âmbito da gestão:

[...] É nesse quadro que se situa a concepção de autonomia para as universidades públicas, quando se está propondo sua transformação em organização social a ser administrada por contrato de gestão. Nele também se inscreve um conjunto de programas e projetos para os três níveis de ensino.

Essa reflexão de Azevedo (2004), desenvolvida no contexto das reformas do Estado brasileiro nos anos 1990, evidencia a importância da autonomia universitária para o desenvolvimento de programas inovadores que atendam às demandas sociais emergentes, como a educação intergeracional. As universidades, dotadas dessa autonomia prevista no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, podem estruturar projetos e programas que articulem diferentes gerações em processos educativos significativos, sem depender exclusivamente de diretrizes centralizadas que nem sempre contemplam as especificidades regionais e locais.

A autonomia universitária, nesse sentido, constitui condição fundamental para que as instituições de ensino superior desenvolvam ações de extensão e pesquisa voltadas à população idosa, como as Universidades Abertas à Terceira Idade e programas similares. Essas iniciativas requerem flexibilidade curricular, adequação de espaços físicos, formação específica de docentes e parcerias interinstitucionais que somente a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial pode viabilizar plenamente.

A gestão democrática na educação, por sua vez, transcende o modelo de ensino convencional, influenciando a formação para a cidadania e a vivência democrática (Siqueira; Bartholo, 2020). A participação de diferentes gerações nos processos decisórios das instituições educacionais pode contribuir para práticas mais inclusivas e representativas das

necessidades de toda a comunidade. Quando idosos participam de conselhos escolares, colegiados universitários e demais instâncias deliberativas, suas vozes e experiências passam a integrar a construção coletiva das políticas institucionais, promovendo o reconhecimento de suas demandas específicas e o combate ao etarismo institucional.

Dessa forma, autonomia universitária e gestão democrática configuram-se como pilares complementares para a consolidação de práticas intergeracionais nos espaços educativos. A primeira assegura as condições institucionais para a criação e manutenção de programas inovadores; a segunda garante que tais programas sejam construídos de forma participativa, contemplando efetivamente as perspectivas e necessidades das diferentes gerações envolvidas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo analisar os desafios, políticas públicas e estratégias relacionados à intergeracionalidade na educação, com ênfase na inclusão e participação de pessoas idosas no contexto educacional brasileiro. A partir da revisão bibliográfica e análise documental realizadas, foi possível identificar avanços e lacunas significativas nesse campo.

Em resposta à questão norteadora – quais são os desafios, políticas públicas e estratégias relacionadas à intergeracionalidade na educação, com foco especial na inclusão e participação de idosos? – constatou-se que os desafios são múltiplos e complexos. O contexto neoliberal, marcado pelo egoísmo social e pela negação da solidariedade, contribui para a desvalorização e invisibilidade dos idosos nos espaços educacionais. A inclusão efetiva dessa população na EJA e em outros níveis de ensino ainda requer comprometimento contínuo na elaboração de propostas pedagógicas adequadas.

No âmbito das políticas públicas, verificou-se que, apesar dos avanços legais como a Lei nº 14.423 de 2022, persiste uma lacuna entre a teoria expressa nos documentos oficiais e a prática efetiva nas instituições educacionais. A presença dos Temas Contemporâneos Transversais na BNCC representa um avanço, mas sua implementação ainda depende de formação docente adequada e de condições institucionais favoráveis.

Como estratégias para superar esses desafios, destacam-se: a integração interdisciplinar de currículos que valorizem os saberes intergeracionais; o desenvolvimento de projetos colaborativos entre universidades, escolas e comunidades; a formação continuada de

professores para o trabalho com diferentes gerações; e o fortalecimento da autonomia universitária e da gestão democrática como elementos fundamentais para consolidar práticas intergeracionais.

Recomenda-se a realização de novas pesquisas que aprofundem a análise das experiências intergeracionais exitosas no contexto brasileiro, bem como estudos que investiguem os impactos dessas práticas no desenvolvimento integral de jovens e idosos. A construção de uma sociedade para todas as idades passa necessariamente pela educação, e o diálogo intergeracional constitui caminho fundamental para esse objetivo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Paulo; VIANNA, Lucy Gomes. Políticas públicas para a educação gerontológica na perspectiva da inserção social do idoso: desafios e possibilidades. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 18, n. 68, p. 489-510, jul. 2010. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/480>. Acesso em: 27 jan. 2024.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Guidelines for Human Rights Friendly Schools**. London: Amnesty International Publications, 2009.

ANTUNES, Maria da Conceição Pinto; MACEDO, Ana Catarina. O papel da educação não formal (de adultos) na promoção do envelhecimento bem-sucedido. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e228938, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/H6zfRRVQvz4FSwTCvg66QZs/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

AZEVEDO, Ana Luiza Moraes de; NASCIMENTO, Alex Bruno do. Políticas públicas em envelhecimento: as contribuições da Universidade Aberta à Maturidade. In: **Anais do I Congresso Nacional de Envelhecimento Humano**. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/24623>. Acesso em: 27 jan. 2024.

BARBOSA, Paulo Roberto *et al.* Inclusão e diversidade na atual conjuntura escolar brasileira: uma interlocução entre currículo, projeto político pedagógico e multiculturalismo. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 15, n. 11, p. 13076-13097, 2023. Disponível em: <https://ojs.europubpublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/2166>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier *et al.* A Educação no entardecer da vida. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 113, p. 1115-1135, out. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 26 jan. 2024.



BRASIL. Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2022.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. **Texto para Discussão**, n. 858. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia *et al.* (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia. Velhice não é só biológica, é biográfica. **Seminário das Quintas IPEA**, Brasília, 2016.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; FERNANDES, Daniele. Brasil envelhece antes e pós-CNI. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

CAMILO, Christiane de Holanda. As possibilidades de atuação da Educação de Jovens e Adultos para a relação intergeracional na Educação em Direitos Humanos. **Motrivivência**, [S. l.], v. 26, n. 43, p. 245-261, 2014.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães; ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. Pedagogia crítica e Direitos Humanos: fundamentos para uma proposta pedagógico-crítica em Direitos Humanos. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 21, n. 80, p. 405-432, jul. 2013.

CARVALHO, Mark Clark Assen de; DAMASCENO, Ednacele Abreu; MOURA, Maria do Socorro Lima. Navegando em águas turvas no campo da política e da formação de professores. **Revista Exitus**, Santarém, v. 9, n. 3, p. 169-196, jul. 2019.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 367-390, 2006.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação; SILVA, Pedro. Other subjects in the family-school relationship: the role of grandparents in the educational process of grandchildren. **Aula Abierta**, v. 48, n. 1, p. 97-104, 2019.

CARVALHO, Tatiane Kelly Pinto de; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação; MOREIRA, Nubia Regina. As relações família-escola nas novas configurações familiares: o protagonismo das avós cuidadoras na escolarização dos netos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 41, e95714, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.95714>.

CUNHA, Fernando Icaro Jorge; SOARES, Cristiane Barbosa; DINARDI, Ailton Jesus. A valia dos registros no Portal Institucional do PIBID Unipampa para a divulgação científica. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 15, n. 37, p. e14131, 2023.

CUNHA, Fernando Icaro Jorge *et al.* Continuing education of teachers in Basic Education: a systematic review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 7, p. e10511729383, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL-MASSO, Maria Candida Soares. **Metodologia do Trabalho Científico**: Aspectos Introdutórios. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

- DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Mapeando o relacionamento avós e netos. In: DIAS, Cristina Maria de Souza Brito (org.). **Avosidades: teoria, pesquisa e intervenção**. Campinas: Editora Alínea, 2022. p. 23-42.
- DIAS, Cristina Maria de Souza Brito; SILVA, Márcia Andréa. Os avós na perspectiva de jovens universitários. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, p. 55-62, 2003.
- DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 691-713, out. 2007.
- FLORIANO FILHO. Educação para Idosos aumenta longevidade e reduz gastos públicos com saúde. **Rádio Senado, Programas - Educação Federal**. Brasília-DF, 2022.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KUMMER, Daniela Vargas. **A construção de um "novo" sujeito da velhice: o estatuto do idoso e a educação intergeracional como tecnologia social**. 2022. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2022.
- LEITE, Soniárlei Vieira; FRANCA, Lucia Helena de Freitas Pinho. A Importância da intergeracionalidade para o desenvolvimento de universitários mais velhos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 831-853, set. 2016.
- MCCOWAN, Tristan. O direito humano à aprendizagem e a aprendizagem dos direitos humanos. **Educar em Revista**, n. 55, p. 25-46, jan. 2015.
- NOGUEIRA, Ingrid Rochelle Rêgo; COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da. Educação entre gerações: a intergeracionalidade como estratégia e desafio para a construção de uma educação antiidadista. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 25, p. 1-22, 2023.
- OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes de; GABRY, Thiago da Silva. Educação, ética e envelhecimento: o aspecto intergeracional como fator de exclusão no Brasil. **Movimento - Revista de Educação**, v. 7, n. 15, 23 dez. 2020.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Vidas compartilhadas: cultura e relações intergeracionais na vida cotidiana**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Active ageing: a policy framework**. Geneva: WHO, 2002.
- OSÓRIO, Neila Barbosa. Educação Intergeracional e Gerontologia na Amazônia. Neila Barbosa Osório, Luiz Sinésio Silva Neto e Fernando Afonso Nunes Filho (orgs). Palmas: PPGE/UFT, 2023. DOI 10.29327/5289825.
- POLTRONIERI, Cristiane de Fátima *et al.* Os desafios da construção da intergeracionalidade no tempo do capital. **Revista Kairós - Gerontologia**, [S. l.], v. 18, n. 4, p. 289-309, 2015.
- RABINOVICH, Elaine Pedreira; AZAMBUJA, Rosa Maria da Motta. A nova imagem de avós na literatura contemporânea infantil brasileira. **Dialogia**, São Paulo, n. 46, p. 1-15, e24306, set./dez. 2023.
- RABINOVICH, Elaine Pedreira; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; FRANCO, Anamélia. Papéis, comportamentos, atividades e relações entre membros da família baiana. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 139-149, 2012.

ROSA, Denise Costa; CARVALHO, Tatiane Kelly Pinto de; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Quando os avós administram os deveres escolares: práticas educativas de avós cuidadores dos netos. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 27, n. 59, p. 173-191, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v27i59.1546>.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, 2008.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Educação: integração, inserção e reconhecimento social para o idoso. **Revista Kairós - Gerontologia**, v. 13, n. 1, p. 53-72, São Paulo, jun. 2010.

SERRA, Deuzimar. Formação continuada intergeracional: desafios e propostas gerontagóricas. **Pesquisa em Foco**, v. 17, n. 1, p. 12-21, 2009.

SERRA, Deuzimar Costa; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. Os idosos na EJA: uma política de educação inclusiva. **Olhar de Professor**, v. 19, n. 2, e9808, 2016.

SILVA, Cirlene Francisca Sales da; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito; COSTA, Erideise Gurgel da. Intergeracionalidade: reflexões sobre possibilidades que facilitem a convivência entre pessoas idosas e adultos jovens. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 5, p. 27957-27970, 2020.

SIQUEIRA, Carlos Eduardo Borges da Cruz; BARTHOLLO, Tiago Lisboa. Os impactos da gestão democrática na escola pública: uma revisão sistemática. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 14, e72219, 2020.

TAVARES, *et al.* A Universidade da Maturidade como espaço de educação intergeracional. **Revista de Educação e Gerontologia**, v. 10, n. 2, p. 75-89, 2023.

UNESP. Instituto de Psicologia. Biblioteca Dante Moreira Leite. **Tipos de revisão de literatura**. São Paulo: USP, 2015. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/porta/images/biblioteca/revisao.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

VILLAS-BOAS, Susana; OLIVEIRA, Albertina; RAMOS, Natália; MONTERO, Inmaculada. A educação Intergeracional no quadro da educação ao longo da vida – desafios intergeracionais, sociais e pedagógicos. **Investigar em Educação – II série**, n. 5, p. 117-137, 2016.

**Recebido em:** *Abril/2025.*

**Aprovado em:** *Outubro/2025.*